

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n3p41>

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

POLICIES OF BRINGING HIGHER EDUCATION TO RURAL AREAS: AN ANALYSIS OF THE OBJECTIVES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARANÁ

Ricardo Leitoles Corrêa, Especialista

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

ricardoleitoles@yahoo.com.br

Décio Estevão do Nascimento, Doutor

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

decioen@gmail.com

Recebido em 25/maio/2017

Aprovado em 05/agosto/2018

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Visando a democratização da educação superior no Brasil, foram implementadas diversas políticas públicas. Entre elas a expansão/interiorização do ensino superior público, impulsionada principalmente pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O propósito do programa era ampliar o acesso e permanência dos estudantes na educação superior. O objetivo desse artigo é avaliar a eficácia da interiorização do ensino superior no âmbito da Universidade Federal do Paraná após 2007 por meio da taxa de sucesso na graduação dos cursos e polos localizados fora da capital do estado. Esse indicador foi estabelecido para avaliação do programa REUNI e também se encontra no Plano Nacional da Educação. O estudo se configura como uma pesquisa descritiva, adotando uma abordagem quantitativa e se utiliza de indicador para análise dos dados. Para o cálculo da taxa de sucesso, foi utilizada a metodologia proposta pelo Tribunal de Contas da União. A partir dos resultados da pesquisa, pode-se inferir que o processo de interiorização da Universidade Federal do Paraná contribuiu para a redução da taxa de sucesso geral dos cursos de graduação, distanciando-se da meta prevista. Os três polos analisados apresentaram valores inferiores à média da UFPR, sendo que a menor média foi encontrada no campus de Matinhos.

Palavras Chave: Ensino Superior. Interiorização. Avaliação. REUNI. Taxa de sucesso.

ABSTRACT

With the aim of democratizing higher education in Brazil, several public policies have been implemented. Among them is the expansion of public higher education into inland (not main cities) areas -- a process known in Portuguese as "interiorization" (interiorização) -- mainly driven by the Restructuring and Expansion Program of Federal Universities - REUNI. The purpose of the program was to expand access to and stay in higher education. The objective of this paper is to evaluate the effectiveness of the interiorization of higher education in the scope of the Federal University of Paraná after 2007 by means of the graduation success rate in university satellites located outside the state capital. This aim was established in order to be able to evaluate the REUNI program, and is also found in the National Education Plan. The study is of a descriptive research design, adopting a quantitative approach and using indicators for data analysis. It can be asserted that the interiorization process of the Federal University of Paraná contributed to the reduction of the overall success rate of undergraduate courses, distancing itself from the expected goal. The three satellite campuses analyzed presented values below the mean of the UFPR main (Curitiba) campuses after 2010.

Keywords: Higher Education. Interiorization. Evaluation. REUNI. Success Rate.

1 INTRODUÇÃO

Os governos têm a função de atender aos anseios da sociedade e buscar soluções para os problemas sociais, agindo de modo democrático e planejado por meio de políticas públicas que são instrumentalizadas através de planos e programas governamentais (FREY, 2000). Para avaliar o grau de sucesso de uma política, deve-se analisar o impacto que ela gerou sobre o público atingido por ela (HEIDEMANN, 2009) por meio de indicadores, que são medidas usadas para operacionalizar um conceito abstrato (JANUZZI, 2005). A fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e melhoria contínua da ação pública (FREY, 2000).

No caso das políticas de expansão da educação superior, há diversos instrumentos que balizam a atuação do Estado e possibilitam a avaliação de políticas públicas. Entre eles, destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE). Para a educação superior, o plano estabelece a meta de elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta. Requer também a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014). Entre as estratégias referentes a essa meta, duas delas são pertinentes nesta pesquisa: a estratégia 12.2, que tem como foco a ampliação da oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior; e a estratégia 12.3, cujo objetivo é elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (BRASIL, 2014). Essa meta também foi estipulada como instrumento de avaliação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)(BRASIL, 2007). Além disso, o indicador compõe a lista de indicadores obrigatórios utilizados pelo Tribunal de Contas da União para fiscalizar a gestão das universidades federais anualmente (TCU, 2002).

O objetivo desse artigo é avaliar a eficácia da interiorização do ensino superior no âmbito da Universidade Federal do Paraná após a implantação do REUNI por meio da taxa de sucesso na graduação dos cursos e polos localizados fora da capital do Estado. Para isso, são necessários conhecimentos acerca de avaliação de políticas públicas, que estão fundamentados na seção 1. Na seção 2 são expostos os instrumentos legais, objetivos e metas utilizadas como parâmetro para avaliação da interiorização no âmbito da UFPR por meio da taxa de sucesso da graduação (TSG). Na próxima seção é apresentada a metodologia para o cálculo da TSG. Na seção 4 são apresentados os resultados do cálculo da taxa de sucesso para os cursos localizados fora da capital do Estado. Por fim, são feitas as considerações finais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

O desenvolvimento de uma sociedade é resultado de decisões formuladas e implementadas pelos governos, as quais resultam em políticas públicas (HEIDEMANN, 2009). O termo políticas públicas está relacionado ao Governo e suas ações. Dye (2011) define políticas públicas como sendo o que o governo decide ou não fazer. Políticas públicas são condutas de ação ou omissão do governo em resposta a problemas públicos. Elas são traduzidas em regulamentos e colocadas em prática por órgãos que as implementam (KRAFT; FURLONG, 2010). As políticas públicas podem ser entendidas ainda como as respostas que os governos dão à população para diminuir ou solucionar os problemas e atender às demandas existentes na sociedade, tendo como base os direitos dos cidadãos (QUEIROZ, 2007). Já "em sua concepção mais operacional, a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade" (HEIDEMANN, 2009, p.28).

Para melhor compreender a política pública, Frey (2000) apresenta uma compilação dos diversos conceitos propostos na literatura a cerca da política pública vista como um ciclo. O autor propõe uma distinção entre as seguintes fases (FREY, 2000, p.226): percepção e definição de problemas, agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação.

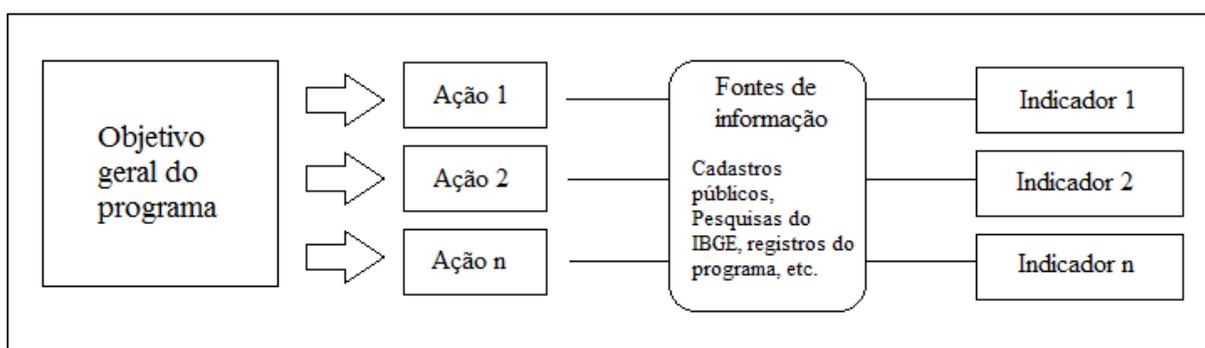
Para fins desta pesquisa, destaca-se a última fase do ciclo, que é a avaliação de políticas públicas. "Na fase da avaliação de políticas e da correção de ação apreciam-se os programas já implementados no tocante a seus impactos efetivos" (FREY, 2000, p.228). Em uma avaliação de política, devem-se conhecer as consequências produzidas sobre o público-alvo (DYE, 2011). "Investigam-se os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder extrair consequências para ações e programas futuros" (TREVISAN; BELLEN, 2008, p.531). "Para que se conheça o grau de satisfação de uma política está produzindo, incumbe-se verificar o impacto do projeto ou do programa sobre o público alvejado por ele." (HEIDEMANN, 2009, p.37). "Nessa etapa, caso os objetivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso ou chegar ao fim, senão à iniciação de um novo ciclo, isto é, a uma nova fase de percepção e definição de problemas" (TREVISAN; BELLEN, 2008, p.531).

Segundo Queiroz (2007) avaliar é uma tarefa complexa e compreende coletar e compreender informações. O autor afirma que o processo de avaliação é um aprendizado, que

deve ser capaz de identificar os pontos fracos das políticas públicas. "As avaliações podem ser um "problema" para os governantes, executores e gerentes de projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos" (TREVISAN; BELLEN, 2008, p.536). "Contudo, a fase da avaliação é imprescindível para a adaptação contínua da ação pública e desenvolvimento de melhorias no processo" (FREY, 2000, p.229).

Segundo Trevisan e Bellen (2008, p.541), "as avaliações posteriores à implementação do programa são chamadas *ex post* ou somativas, e visam trabalhar com impactos e processos. Estuda-se, portanto, a eficácia e o julgamento do valor geral do programa." O desenho de um programa pode ser observado na Figura 1 conforme propõe Januzzi (2005). As ações e os indicadores são definidos a partir da definição dos objetivos.

Figura 1 Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas



Fonte: Adaptado de Januzzi (2005, p.139)

Segundo Costa e Castanhar (2003), a operacionalização da avaliação de um programa pode ser feita por meio de indicadores. Para Januzzi (2005, p.138), "os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente". O autor afirma que o objetivo de um indicador é informar, empiricamente referido, algum aspecto da realidade social, bem como as mudanças ocorridas ao longo do tempo (JANUZZI, 2002). Costa e Castanhar (2003) observam que como a avaliação é uma forma de mensuração, é necessário estabelecer critérios para a avaliação, ou seja, definir o que especificamente se pretende avaliar. "A lista dos critérios que podem ser utilizados é longa e a escolha de um, ou vários deles, depende dos aspectos que se deseja privilegiar na avaliação" (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.973). Baseando-se no manual da Unicef, os autores listam os mais comuns: eficiência, eficácia, impacto (ou efetividade), sustentabilidade, análise custo-

efetividade, satisfação do usuário, equidade. Para fins deste artigo, a eficácia representa em que medida o programa atinge os seus objetivos.

Januzzi (2005) classifica os indicadores como sendo de três naturezas: insumo, processo e resultado. "Os indicadores-insumo correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social" (JANUZZI, 2005, p.144). Em suma, esses indicadores mensuram a alocação de recursos para políticas sociais. Já os indicadores-processo são definidos pelo autor como sendo indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o fluxo operacional de alocação de recursos humanos. Por fim, os indicadores-resultado indicam a mudança final produzida no beneficiário. "Na avaliação dos programas implementados, os resultados devem ser aferidos através de indicadores-produtos de diferentes tipos para medir a eficácia no cumprimento das metas específicas e a efetividade social das soluções sugeridas." (JANNUZZI, 2002, p.61). O autor conclui que enquanto os indicadores-insumo quantificam os recursos alocados para a execução das políticas, os indicadores-produto representam os resultados efetivos dessas políticas.

Finalmente, para uma avaliação de qualidade, é necessário estabelecer os padrões de referência para julgar o desempenho. Costa e Castanhar (2003) definem alguns padrões de referência, sendo eles:

absolutos, as metas estabelecidas por um programa são consideradas como o padrão a ser alcançado e os desvios devem ser registrados e analisados; *históricos*, comparam resultados de um período com o obtido em períodos anteriores; *normativos*, comparam o desempenho de um programa com outros similares ou com programas semelhantes realizados em outros níveis de governo, região, ou no exterior; *teóricos*, são os estabelecidos na própria elaboração do programa, sob a hipótese da obtenção dos resultados esperados, dado os recursos disponíveis; *negociados ou de compromisso*, são aqueles que se baseiam em algum procedimento específico para sua fixação, geralmente decorrente de acordo entre as partes envolvidas na gestão de programa e os formuladores. (COSTA E CASTANHAR, 2003, p.975)

O presente artigo utiliza os padrões absolutos e históricos para avaliação da política pública implementada. Na próxima seção são detalhados os instrumentos legais fundamentais para avaliação da política em questão.

3 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO

A Constituição Federal é o instrumento jurídico que sustenta toda a estrutura legal da administração pública, definindo premissas básicas para a elaboração de políticas públicas. O direito à educação está expresso na Constituição Federal de 1988 no seu Art. 6º e o Estado tem o dever de formular políticas para garantir educação de qualidade nas escolas e universidades públicas (BRASIL, 1988). Para que este direito seja garantido com qualidade e de forma universal, são implementadas diversas políticas educacionais. O Art. 205 da Constituição define que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Sua finalidade é promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição determina ainda a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme Art. 214 (BRASIL, 1988):

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

O Plano Nacional de Educação aparece no texto constitucional desde 1934, mas sua primeira implementação ocorreu apenas em 2001. O PNE é uma lei com vigência de 10 (dez) anos e teve seu dispositivo atualizado recentemente pela Lei nº 13.005/14, implicando em 20 metas para a educação nacional. No que se refere à educação superior, a principal meta está descrita na Meta 12 do PNE, que visa:

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Para que essa meta seja atingida, o PNE definiu 21 ações estratégicas. Entre elas, um dos eixos principais é a expansão da oferta de vagas na rede pública. Para este estudo, duas delas são mais pertinentes, a 12.2 e 12.3 (BRASIL, 2014):

12.2) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional; 12.3) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

Visando a expansão e interiorização da rede federal de educação superior, em 2007 foi criado o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, pelo decreto n.º 6096/2007, o qual faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007). O Plano tinha como objetivo dar condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Dentre as principais diretrizes do REUNI, destacam-se a redução das taxas de evasão, o aumento das vagas de ingresso, a ocupação de vagas ociosas, a promoção da ampla mobilidade estudantil e a revisão da estrutura acadêmica (BRASIL, 2007). Juntamente com o programa no REUNI, existem programas que auxiliam nos seus objetivos. O Programa de Assistência ao Estudante de Ensino Superior - PNAES - oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Segundo o Decreto 7243/10, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (MEC, 2011).

O Decreto n.º 6.096/2007 apresentou dois indicadores de desempenho para verificar o andamento das metas do programa: a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor. A taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG) é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressos (BRASIL, 2007). Assim, segundo as Diretrizes Gerais do REUNI (2007), o programa tinha como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 (dezoito), ao final de cinco anos, a contar do início do plano (BRASIL, 2007).

O Tribunal de Contas da União (TCU) também utiliza o indicador "taxa de sucesso na graduação" para avaliar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Em decisão nº 408/2002, determinou que as IFES apresentassem o cálculo de nove indicadores de desempenho nos seus relatórios de gestão. Desde então existe uma série histórica da evolução de aspectos relevantes gerenciais (TCU, 2002).

O indicador "taxa de sucesso na graduação" (TSG) está, portanto, presente em três instrumentos jurídicos para avaliação de políticas de educação superior. Após o processo de interiorização das universidades federais, cabe avaliar como essa taxa variou com esse processo.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é de natureza aplicada e teve como campo de estudo a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para demonstrar os efeitos das políticas de expansão na UFPR, optou-se por uma pesquisa descritiva, com coleta de dados quantitativos secundários a partir de informações já existentes em diversos relatórios da UFPR. Esses dados secundários foram coletados, tabulados e analisados com o objetivo de produzir conhecimento. Cervo et al. (2007, p. 61) afirmam que "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los."

Para o cálculo da taxa de sucesso na graduação, utilizou-se a metodologia proposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2002) conforme a Figura 2.

Figura 2 Cálculo da taxa de sucesso

$$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{Nº de diplomados}}{\text{Nº total de alunos ingressantes}}$$

Fonte: Adaptado de TCU (2002)

A TSG é obtida pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes. "Para o número de diplomados (NDI), deve-se considerar o número de concluintes (que completaram os créditos, mesmo não tendo colado grau) dos cursos no ano letivo correspondente ao exercício, somando-se o número de concluintes nos dois semestres do ano" (TCU,2002). Já o número de ingressantes deve ser ajustado com base no tempo de permanência esperado para cada curso fixado pela SESu/MEC. "Para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano do suposto ingresso dos estudantes que se graduam

no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso" (TCU,2002). O Quadro 1 apresenta a metodologia de cálculo do número de ingressantes.

Quadro 1 Metodologia de cálculo do número de ingressantes

Cálculo da TSG do exercício (ano) X	
Duração padrão	Ingressos
5 anos ou 10 semestres	1º semestre do ano X-4 + 2º semestre do ano X-5
4 anos ou 8 semestres	1º semestre do ano X-3 + 2º semestre do ano X-4
3 anos ou 6 semestres	1º semestre do ano X-2 + 2º semestre do ano X-3

Fonte: Adaptado de TCU (2002)

Nota: Elaborado pelos autores

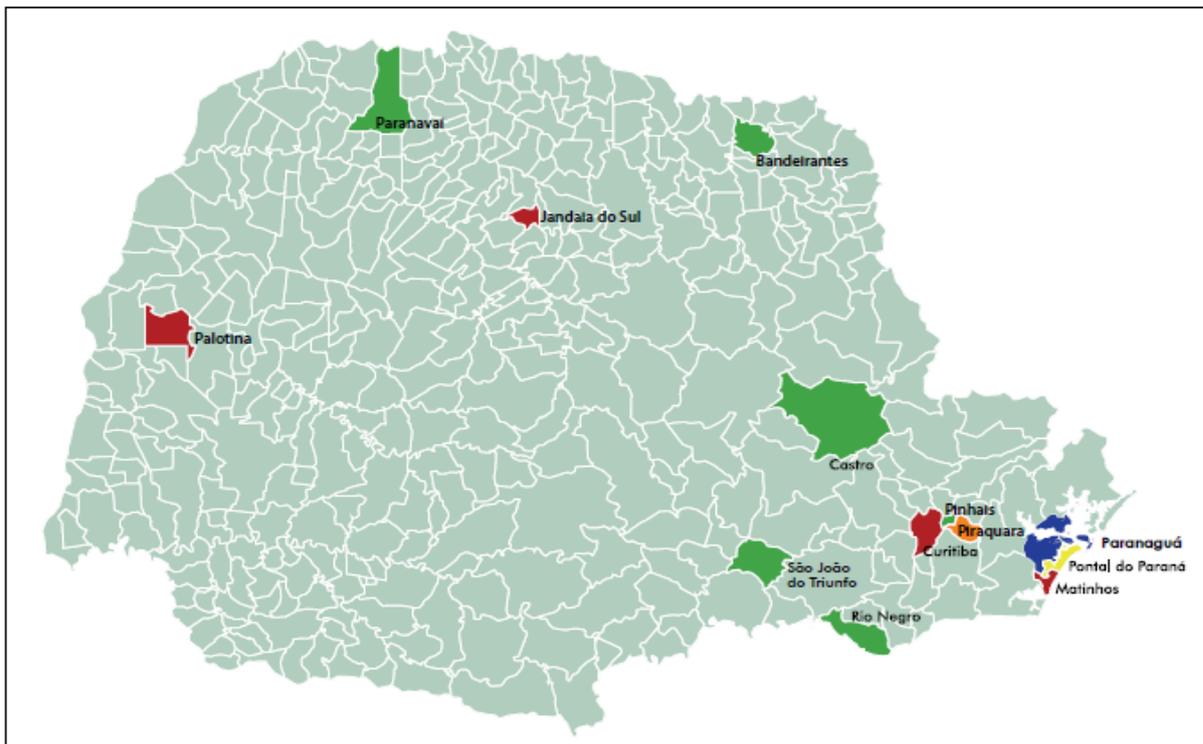
No caso de cursos novos que ainda não tiveram turmas regulares de concluintes (turmas que tenham concluído os créditos na duração padrão curso), o indicador não será calculado.

Os dados coletados na presente pesquisa se referem ao período de 2007 a 2015. Considerando que podem ocorrer variações no resultado da taxa entre um ano e outro em virtude de atrasos na conclusão dos cursos, se faz necessário o cálculo da média de cada curso no período para permitir uma melhor comparação e análise. Dessa forma, os resultados permitem avaliar o comportamento da taxa de sucesso dos cursos localizados fora da capital do estado, ou seja, mapear onde estão os cursos de menor sucesso no período analisado.

No procedimento de coleta de dados foram utilizados documentos oficiais publicados pela instituição (UFPR). Em relação ao número de ingressantes, os dados foram extraídos dos Relatórios de Gestão. Quanto ao número de concluintes, foram utilizados os dados dos Relatórios de Atividades da UFPR, já que este informa o número de concluintes e não o número de diplomados, conforme orienta o TCU. A partir da análise documental obtiveram-se os dados quantitativos para o cálculo da taxa de sucesso por cursos.

Para a seleção dos polos em análise, verificou-se que em 2015 a UFPR era composta por oito campus, sendo que cinco são localizados em Curitiba (PR), um em Palotina (PR), um em Matinhos (PR) e o mais recente, em Jandaia do Sul (PR). A Figura 3 mostra a distribuição espacial das unidades da UFPR.

Figura 3 Unidades da Universidade Federal do Paraná



Fonte: UFPR (2015)

Com base nos dados do Relatório UFPR em números de 2015, a UFPR ofereceu 134 cursos de graduação naquele ano. Apesar de estar presente em 13 cidades, apenas 5 ofertam cursos: Curitiba, Palotina, Jandaia do Sul, Matinhos e Ponta do Paraná.

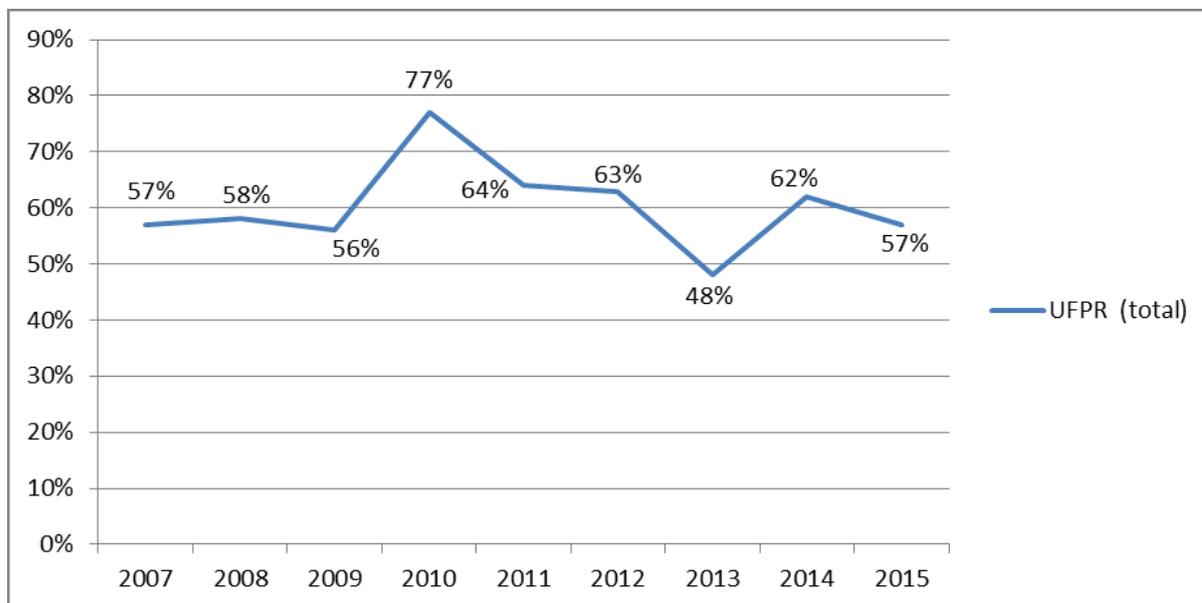
A UFPR expandiu-se muito nesse período, principalmente nos polos de Palotina, Matinhos, Ponta do Paraná e Jandaia do Sul. Portanto, é necessário avaliar a expansão da interiorização desta universidade, levando em conta a meta prevista e a evolução da taxa de sucesso para essas localidades. Entre os polos analisados estão Palotina, Matinhos e Ponta do Paraná. O polo de Jandaia do Sul não será objeto de estudo pois ainda não teve alunos concluintes, impossibilitando o cálculo da taxa de sucesso.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A taxa de sucesso na graduação (TSG) é o indicador de resultado utilizado para analisar a eficiência do programa. A razão entre diplomados (concluintes) e ingressos (vagas oferecidas) expressa a porcentagem de alunos que concluem o curso. A taxa representa, de

certa forma, a evasão nos cursos. O Gráfico 1 mostra a evolução da taxa TSG na UFPR a partir de 2007.

Gráfico 1 Evolução da taxa de sucesso na graduação na UFPR



Fonte: UFPR. Relatórios de Gestão (2007 - 2005)

Em relação aos padrões de referência propostos por Costa e Castanhar (2003), dois deles estão em análise nesta questão: o padrão *absoluto*, cuja meta está estabelecida no PNE e no documento oficial do REUNI, os quais consideram como meta alcançável o valor de 90%; e o padrão *histórico*, o qual compara com resultados obtidos em períodos anteriores.

Quanto ao padrão absoluto, cuja meta é atingir 90% de sucesso, pode-se afirmar que em 2015 a taxa ficou 33% distante da meta, já que atingiu apenas 57%. O ano mais próximo da meta foi 2010, com 77% de sucesso. Já quando se analisa o padrão histórico, percebe-se que de 2007 a 2010 houve um aumento significativo em direção ao alcance da meta, atingindo o maior valor do período com 77% de sucesso. Porém, nos anos seguintes houve uma queda constante na taxa, atingindo o menor valor em 2013 com 48%. De 2013 a 2014 houve um aumento de 14%, atingindo 62% em 2014. Porém, no ano seguinte uma nova queda acarretou uma taxa de 57%.

O Gráfico 1 chama atenção devido à redução da taxa de sucesso a partir de 2010. No ano de 2007, a taxa de sucesso estava em torno de 57% e manteve esse valor para o ano de 2015, ou seja, não houve aumento da taxa ao longo dos anos analisados. Em resumo, a UFPR não se aproximou da meta prevista. Ainda que a meta de 90% seja um valor considerado

elevado para o padrão brasileiro, o maior problema encontra-se na redução da taxa após o ano de 2010. As universidades federais tiveram uma expansão significativa em termos orçamentários nos últimos anos, com objetivos de aumentar a oferta de vagas, expandir em direção ao interior, aumentar a permanência e reduzir a evasão. Porém, os dados mostram uma dificuldade em reduzir a evasão e, além disso, um agravamento do quadro após os primeiros reflexos do programa REUNI.

Visando atender aos objetivos desta pesquisa, foram identificadas as localidades que oferecem cursos fora da cidade de Curitiba (PR). Entre elas estão as cidades de Palotina (PR), Matinhos (PR), Pontal do Paraná (PR) e Jandaia do Sul (PR). Porém, esta última cidade não foi objeto de estudo, já que ainda não apresentou concluintes, impossibilitando o cálculo da TSG dos seus cursos de graduação.

A Tabela 1 apresenta os resultados do cálculo da TSG para os cursos do campus de Palotina.

Tabela 1 Evolução da taxa de sucesso na graduação do polo de Palotina

Taxa de sucesso (TSG) - Palotina									
Cursos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agronomia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquicultura	-	-	-	-	-	10%	11%	47%	55%
Biocombustíveis	-	-	-	-	-	22%	15%	17%	33%
Biotecnologia	-	-	-	-	-	26%	28%	34%	38%
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	31%	26%
Ciências Exatas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Computação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia de Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia de Energias Renováveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medicina Veterinária	81%	90%	73%	65%	63%	87%	80%	66%	67%
Média	81%	90%	73%	65%	63%	36%	34%	39%	44%

Fonte: UFPR. Relatórios de atividades (2007 - 2015)

Nota: Conforme metodologia de cálculo do TCU apresentada no quadro 1 e anexos

Nota: Elaborado pelos autores

O curso de Medicina Veterinária foi o pioneiro da instituição. A taxa de sucesso do curso sempre se manteve acima da média do polo. Os dados mostram que em média a taxa de sucesso do curso foi de 75%. Em 2009 foram criados novos cursos no polo de Palotina, porém os primeiros egressos desses novos cursos se formaram apenas em 2012, possibilitando então o cálculo da TSG. No primeiro ano, as taxas de sucesso dos cursos de Tecnologia em

Aquicultura, Tecnologia em Biocombustíveis e Tecnologia em Biotecnologia acabaram reduzindo a média geral do campus já que apresentaram valores de 10%, 22% e 26% respectivamente, resultando em uma média de 36% para o ano de 2012. No ano de 2013 a média do campus foi a menor de todos os anos, atingindo 34%, principalmente pelo baixo resultado novamente dos cursos de Tecnologia em Aquicultura, Tecnologia em Biocombustíveis e Tecnologia em Biotecnologia, que tiveram um sucesso de apenas 11%, 15% e 28% respectivamente. Nos anos de 2014 e 2015 a média teve uma sutil melhora devido principalmente aos cursos de Aquicultura e Biocombustíveis. Nesses anos a média geral do polo foi de 39% e 44% respectivamente.

Os cursos que apresentaram maior evasão no período, e conseqüentemente menor sucesso, foram Tecnologia em Biocombustíveis, com 22% de sucesso no período, Ciências Biológicas, com 29%, e os cursos de Tecnologia em Aquicultura e Tecnologia em Biotecnologia, ambos com 31% de sucesso. Isso mostra que o aumento do número de cursos desse polo acarretou em uma redução significativa da TSG, que antes apresentava um valor ótimo em virtude apenas do Curso de Medicina Veterinária.

O segundo campus a ser analisado é o da cidade de Matinhos, que tem seus resultados detalhados na Tabela 2.

O campus ofertou seus primeiros cursos no segundo semestre de 2005 e seus primeiros concluintes foram no ano de 2009. Neste ano o campus apresentou a maior TSG no período, de 73%, reflexo dos cursos de Fisioterapia e Gestão Ambiental. Em 2010 houve uma queda na média total do polo. Além da redução da taxa dos Cursos de Fisioterapia e Gestão Ambiental para 67% e 60% respectivamente, foi calculada a primeira taxa para os cursos de Gestão e Empreendedorismo e Serviço Social, que obtiveram 53% e 55% de sucesso respectivamente, resultando em uma média do polo de 59%. No ano de 2011 a média do polo teve apenas uma redução de 1% em relação ao ano anterior. Neste ano foi calculada a primeira taxa para o curso de Agroecologia que teve um sucesso de 68%. Os cursos que apresentaram as taxas mais baixas neste ano foram Gestão e Empreendedorismo e Fisioterapia, com 45% e 47% respectivamente.

Nos anos de 2012 e 2013 surgem os efeitos dos novos cursos implementados no polo de Matinhos. Em 2012 cinco cursos tiveram suas taxas calculadas enquanto que em 2013 cinco outros cursos foram calculados. O resultado da taxa total do polo no ano de 2012 apresentou uma queda significativa em relação a 2011, na ordem de 23%, resultando em 35% de sucesso.

Os resultados mais baixos foram encontrados nos cursos de Serviço Social, Gestão e Empreendedorismo, Ciências, Gestão Pública e Artes, com valores de 23%, 23%, 30%, 30% e 33% respectivamente. Em 2013 a taxa de sucesso foi a segunda pior taxa no período, com valor de 41%. Esse resultado é produto principalmente dos cursos de Gestão de Turismo (8%), Informática e Cidadania (23%), Linguagem e Comunicação (23%), Ciências (30%), Gestão Pública (33%), Gestão imobiliária (35%), Gestão Desportiva e do lazer (37%) e Serviço Social (37%).

Tabela 2 Evolução da taxa de sucesso na graduação – Matinhos

Taxa de sucesso (TSG) - Matinhos									
Cursos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agroecologia	-	-	-	-	68%	37%	40%	14%	70%
Artes	-	-	-	-	-	33%	48%	69%	54%
Ciências	-	-	-	-	-	30%	30%	31%	59%
Educação do Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Física (Litoral)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fisioterapia	-	-	73%	67%	47%	48%	64%	64%	84%
Gestão Ambiental	-	-	73%	60%	61%	36%	53%	34%	49%
Gestão de Turismo	-	-	-	-	-	38%	8%	36%	23%
Gestão Desportiva e do Lazer	-	-	-	-	-	-	37%	23%	6%
Gestão e Empreendedorismo	-	-	-	53%	45%	23%	66%	11%	69%
Gestão Imobiliária	-	-	-	-	-	49%	35%	61%	33%
Gestão Pública (Litoral)	-	-	-	-	-	30%	33%	37%	33%
Informática e Cidadania	-	-	-	-	-	-	23%	23%	35%
Linguagem e Comunicação	-	-	-	-	-	-	23%	33%	36%
Orientação Comunitária	-	-	-	-	-	-	76%	18%	61%
Saúde Coletiva	-	-	-	-	-	-	43%	29%	50%
Serviço Social	-	-	-	55%	70%	23%	37%	34%	78%
Média			73%	59%	58%	35%	41%	35%	49%

Fonte: Relatório de atividades (2007 - 2015)

Nota: Elaborado pelos autores

Nota: Metodologia de cálculo do TCU

Em 2014 o campus de Matinhos atingiu o valor mínimo de 35% de taxa de sucesso, sendo o menor do período. Novamente os cursos de Informática e Cidadania, Linguagem e Comunicação, Ciências, Gestão Desportiva e do Lazer e Saúde Coletiva estão entre os menores resultados. Além desses, os cursos de Gestão e Empreendedorismo, Agroecologia e orientação Comunitária apresentaram resultados muito baixos, na ordem de 11%, 14% e 18%.

No ano de 2015 ocorreu um pequeno aumento na taxa. O valor de 49% foi elevado para cima principalmente pelos cursos de Fisioterapia, Serviço Social, Agroecologia e Gestão e Empreendedorismo, que obtiveram taxas de 84%, 78%, 70% e 69% respectivamente. Já os cursos de Gestão Desportiva e do Lazer (6%), Gestão de Turismo (23%), Gestão Imobiliária (33%), Gestão Pública (33%), Informática e Cidadania (35%) e Linguagem e Comunicação (36%) reduziram a média.

Em virtude dos possíveis atrasos na conclusão dos cursos em alguns anos, e conseqüentemente de uma variação grande na taxa de um ano para o outro, é necessário analisar a média dos cursos no período para identificar os cursos com piores taxas de sucesso. Os cursos que apresentaram piores média foram Gestão Desportiva e do Lazer (22%), Gestão de Turismo (26%), Informática e Cidadania (27%), Linguagem e Comunicação (31%), Gestão Pública (33%), Ciências (38%) e Saúde Coletiva (41%).

A Tabela 3 apresenta os resultados da taxa de sucesso para os cursos do polo de Pontal do Paraná.

Tabela 3 Evolução da taxa de sucesso na graduação - Pontal do Paraná

Taxa de sucesso (TSG) - Pontal do Paraná									
Cursos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aquicultura (CEM)	-	-	-	-	-	16%	6%	113%	59%
Ciências Exatas (CEM)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia Ambiental e Sanitária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenharia de Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oceanografia	123%	90%	71%	74%	52%	64%	38%	32%	51%
Média	123%	90%	71%	74%	52%	40%	22%	72%	55%

Fonte: Relatório de atividades (2007 - 2015)

Nota: Elaborado pelos autores

Nota: Metodologia de cálculo do TCU

No polo de Pontal do Paraná, apenas dois cursos puderam ter suas taxas de sucesso calculadas, já que os quatro outros cursos não tiveram alunos concluintes até o momento da pesquisa. De 2007 a 2011 o resultado da média do polo foi resultado apenas do curso de Oceanografia. Em 2007 o curso apresentou uma taxa de sucesso de 123%, fator que pode ser resultado de atrasos de concluintes nos anos anteriores. Nos anos seguintes o curso apresentou quedas significativas, atingindo 52% em 2011. Já em 2012 houve novamente uma queda na média do polo, que atingiu 40%. Esse resultado se deu em virtude da taxa do curso de

Aquicultura (16%), que teve seus primeiros concluintes neste ano. No ano de 2013 houve o pior resultado do polo no período (22%), resultado da média entre 38% e 6% dos cursos de Oceanografia e Aquicultura. Em 2014 o curso de Aquicultura teve uma taxa de 113%. Esse fator novamente está relacionado ao atraso da conclusão de alguns alunos, além do baixo número de ingressantes no ano de 2012. Em virtude desse curso, a taxa do polo teve aumento, atingindo 72%. Em 2015 a taxa foi de 55%, resultado dos cursos de Aquicultura (59%) e Oceanografia (51%). Na média dos cursos no período, o curso de Oceanografia teve 66% de sucesso. Já o curso de Aquicultura obteve uma média de 48% de sucesso no período.

A Tabela 4 mostra a evolução da TSG da UFPR e dos polos analisados de Palotina, Matinhos e Pontal do Paraná.

Tabela 4 Taxa de sucesso dos cursos de graduação das unidades analisadas

Unidades	Taxa de sucesso (TSG)								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
UFPR (total)	57%	58%	56%	77%	64%	63%	48%	62%	57%
Pontal do Paraná	123%	90%	71%	74%	52%	40%	22%	72%	55%
Palotina	81%	90%	73%	65%	63%	36%	34%	39%	44%
Matinhos	-	-	73%	59%	58%	35%	41%	35%	49%

Fonte: Relatórios de atividades (2007 - 2015)

Nota: Elaborado pelos autores

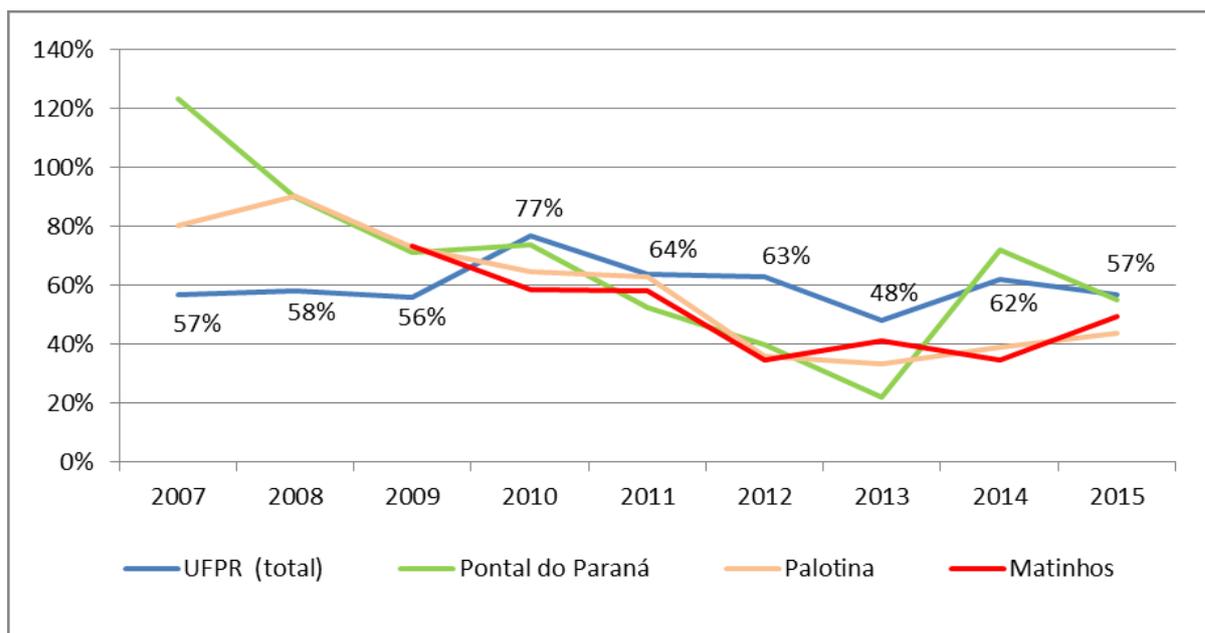
O comparativo entre essas unidades permite identificar a influência da taxas de sucesso nos polos analisados sob o total da UFPR. A queda na curva da taxa da UFPR, principalmente de 2010 a 2013, foi influenciada pelos polos localizados fora da capital, como melhor se pode visualizar no Gráfico 2.

O Gráfico 2 mostra que entre 2007 e 2009 os polos de Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina obtiveram taxas de sucesso superiores à média total da UFPR. Nesse período havia poucos cursos que tinham alunos egressos: em Palotina apenas o curso de Medicina Veterinária; em Pontal do Paraná apenas Oceanografia; e em Matinhos apenas Fisioterapia e Gestão Ambiental. Apesar dos números acima da média nesse período, as taxas apresentaram uma redução significativa entre 2007 e 2009.

A expansão desses polos após a implementação do REUNI resultou na criação de novos cursos, que começaram a expressar seus resultados a partir de 2010. No polo de Matinhos dois novos cursos tiveram egressos. Neste ano o polo teve uma taxa de 59%, ou seja, inferior à média geral da UFPR no ano que foi de 77%. A partir deste ano, quase todos

os pontos do gráfico referentes aos polos de Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina estão abaixo da média geral da UFPR. Somente no ano de 2014 o polo de Pontal do Paraná esteve acima da média da UFPR. Já os demais polos em nenhum momento tiveram suas taxas superiores à da média geral após 2010, o que significa que impactaram negativamente no resultado.

Gráfico 2 Comparativo entre a taxa de sucesso total da UFPR e dos campus analisados



Fonte: Relatório de Atividades

Nota: Elaborado pelos autores

O polo de Palotina apresentou queda constante de 2008 a 2013 e uma leve melhoria até 2015. A queda ocorreu após a implantação de novos cursos como Tecnologia em Biocombustíveis, Ciências Biológicas, Tecnologia em Aquicultura e Tecnologia em Biotecnologia. A média de sucesso desses cursos foi na ordem de 22%, 29%, 31% e 31% respectivamente.

O campus de Pontal do Paraná apresentou uma linha de queda de 2009 a 2013, principalmente pelo fraco desempenho da taxa de sucesso do curso de Tecnologia em Aquicultura, que apresentou uma média de 48% no período.

O campus de Matinhos foi o que teve maior expansão do número de cursos. No ano de 2009, quando representou os resultados de apenas dois cursos, a taxa foi superior a média da UFPR, atingindo 73% contra 56% da UFPR. Após esse ano pode-se observar uma queda no indicador, atingindo o mínimo valor em 2012 e 2014 com apenas 35% de sucesso. O

aumento no número de cursos traduziu-se em queda na taxa geral do campus. Entre os cursos de menor taxa de sucesso no período foram Gestão Desportiva e do Lazer (22%), Gestão de Turismo (26%), Informática e Cidadania (27%), Linguagem e Comunicação (31%), Gestão Pública (33%), Ciências (38%) e Saúde Coletiva (41%).

Os polos de Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina contribuíram para a queda geral da taxa de sucesso da UFPR após a expansão e criação de novos cursos nesses campus, observados principalmente após a taxa calculada em 2010. No caso desta instituição, a expansão desses polos acarretou em uma queda da taxa de sucesso. Portanto, há uma contradição entre as estratégias 12.2 e 12.3. A estratégia 12.2, cujo objetivo é ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, entrou em conflito com a estratégia 12.3 e com a meta do REUNI. A expansão da interiorização impactou negativamente na meta de atingir 90% de TSG para os cursos de graduação.

Além disso, a estratégia 12.2, cujo objetivo é a expansão e interiorização também deveria apresentar indicadores para avaliação. Quando o legislador trata da densidade populacional como critério de expansão, não traz consigo parâmetros e indicadores para mensuração. Deveriam existir metas mínimas de vagas oferecidas por microrregião por exemplo, para então poder avaliar quais são as microrregiões que mais necessitam de polos e vagas para a educação superior.

Outro fator a ser levado em consideração é o tipo de curso a ser ofertado. A mesma estratégia 12.2 (BRASIL, 2014) afirma que devem ser observadas as características regionais das micro e mesorregiões, mas não define parâmetros para isso. É extremamente importante o alinhamento dos cursos com as atividades que mais geram emprego e renda nas respectivas micro e meso regiões. O sucesso de um curso pode estar relacionado à atratividade do setor a qual está relacionado. Fatores como probabilidade de empregabilidade e nível de renda, por exemplo, fazem a diferença na escolha dos cursos. Portanto, indicadores relacionados às características das microrregiões deveriam ser estipulados para melhor planejamento da oferta de cursos.

Quando Frey (2000) trata da avaliação de políticas públicas, afirma que devem ser apreciados os impactos efetivos de tais políticas. A TSG avalia o número de pessoas que concluíram seus cursos em relação às pessoas que ingressaram nele. É um indicador de resultado que mede a evasão da universidade. A baixa TSG reflete que poucos alunos estão se formando em comparação com o planejado. A taxa de conclusão dos cursos de graduação

diminuiu em diversos momentos ao invés de aumentar, e está distante do valor de 90% proposto (BRASIL, 2007; BRASIL, 2014). Os cursos de graduação analisados neste artigo apresentam, em média, taxas de sucesso inferiores à média da UFPR. Alguns cursos novos, que foram criados a partir do REUNI, não trouxeram resultados positivos quanto ao número de formados e acarretaram em uma redução da taxa de sucesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo avaliou a eficácia da interiorização do ensino superior no âmbito da UFPR por meio da taxa de sucesso na graduação dos cursos e polos localizados fora da capital do Estado.

Visando a democratização da educação superior, a estratégia 12.2 do PNE propõem a ampliação da oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior. Na Universidade Federal do Paraná esse processo se acentuou a partir do ano de 2007.

Os dados apresentados mostram que as taxas de sucesso obtidas nos polos de Matinhos, Pontal do Paraná e Palotina impactaram negativamente na média geral da UFPR após o ano de 2010, quando surgiram os primeiros resultados dos novos cursos. A partir desse ano a taxa de sucesso dos três polos analisados foram inferiores à média da UFPR, com exceção do polo de Pontal do Paraná no ano de 2014.

Os menores valores foram encontrados nos anos de 2012, 2013 e 2014. O polo de Matinhos atingiu o menor valor em 2012 e 2014 com 35% de sucesso, reflexo do baixo sucesso dos cursos de Gestão Desportiva e do Lazer, Gestão de Turismo, Informática e Cidadania, Linguagem e Comunicação, Gestão Pública, Ciências, e Saúde Coletiva. O polo de Palotina apresentou menor taxa em 2013 com 34% de sucesso. Os cursos que mais impactaram negativamente nesse polo foram Tecnologia em Biocombustíveis, Ciências Biológicas, Tecnologia em Aquicultura e Tecnologia em Biotecnologia. Já o polo de Pontal do Paraná teve a menor taxa no ano de 2013, com apenas 22% de sucesso, em virtude do curso de Tecnologia em Aquicultura.

Com base nos dados estatísticos, as políticas de interiorização da UFPR acarretaram em uma redução da taxa de sucesso geral da instituição. Há um embate entre as estratégias 12.2 e 12.3 do PNE, já que o processo de interiorização impactou negativamente no alcance da meta proposta de atingir 90% de taxa de sucesso nos cursos de graduação.

Cabe ressaltar que esta pesquisa não teve o objetivo de analisar quais foram os fatores responsáveis pela baixa taxa de sucesso apurada nos polos, porém permitiu identificar quais são os cursos que apresentaram as menores taxas de sucesso e suas localidades. Faz-se necessário identificar os possíveis motivos que levaram determinados cursos atingir um fraco desempenho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 02 set.2016.
- _____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em 17 set.2016.
- _____. **Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional da Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm> Acesso em 25 set.2016.
- CERVO, Amado L. *et al.* **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007.
- COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP Rio de Janeiro**, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 13 ed. USA: Pearson Education, 2011.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, p. 23-39, 2009.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP Rio de Janeiro**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.
- _____, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.
- KRAFT, Michael E.; FURLONG, Scott R. **Public Policy: politics, analysis and alternatives**. 3 ed. USA: CQ Press, 2010.

MEC, 2011. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12302&ativo=608&Itemid=607> Acesso em 24 set. 2016.

QUEIROZ, Roosevelt. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpex, 2007.

UFPR, 2007. **Programa REUNI UFPR**. Disponível em <http://www.ufpr.br/reuniufprold/REUNI_Projeto.pdf> Acesso em 01 set. 2016.

_____, 2011. **Acordo de Metas nº35-MEC/SESU**. Disponível em <<http://www.reuni.ufpr.br/wp-content/uploads/2011/06/Relatorio-atividades-REUNI-2010.pdf>> Acesso em 03 set.2016.

_____, 2014. **Relatórios de atividades (2007-2015)**. Disponível em <<http://www.proplan.ufpr.br/portal/relatorio-de-atividades/>> Acesso em 08 set.2016.

_____. 2015. **Ranking de Indicadores de Desempenho TCU**. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_gestao/Indicadores%20TCU_IFES_2015.pdf> Acesso em 21 set.2016.

PATRICIO NETTO, Bernardo; RISSETE, Cezar; PUPPI E SILVA, Heloisa; FARAH JUNIOR, Moises Francisco. **Instrumentos de gestão pública**. In: Christian Luiz da Silva; José Edmilson de Souza Lima. (Org.). Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 69-92.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu/MEC, SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO – SFC. **Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão**. Decisão TCU no 408/2002 – Plenário. Mar/2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/indicadores.pdf>> Acesso em 22 set.2016.